

Portaria n.º 13:242

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, nos termos do Decreto n.º 37:769, de 28 de Fevereiro do corrente ano:

1.º Aprovar os impressos a seguir discriminados, destinados ao processamento de requisições de fundos, conforme os modelos anexos:

Modelo R F 1 — Impresso simples.

Modelo R F 1-A — Impresso duplo.

Modelo R F 1-B — Intercalar para o modelo R F 1-A.

2.º Fixar o uso obrigatório dos referidos modelos a partir de 1 de Janeiro de 1951, podendo até àquela data ser ainda utilizados os antigos modelos que existem na posse dos serviços.

3.º Considerar os referidos impressos como exclusivos da Imprensa Nacional de Lisboa, devendo a sua tiragem ser feita em papel marcado a água com a legenda «Serviço do Estado».

Ministério das Finanças, 1 de Agosto de 1950. — O
Ministro das Finanças, *João Pinto da Costa Leite*.

Mès de _____ de 195_____

C. P. Model RP 1

Chromatography:

importa esta requisição de fundos na quantia de

_____, em ____ de _____ de 195____

o _____.

MINISTÉRIO P

(a)

(b) _____

Revisões da Fundação:

Conferida e corrigida em ... - ... - ...

(1) _____ (Signed). O Chefe do Sindicato.

Autenticação n.º _____

Pague-se a quantia de _____ \$ (_____)

¹ Importância desta requisição.

Pública, em ____ de _____ de 196____

© Christiaan Pienaar

Ano económico de 195

Mes de

Requisição de fundos n.º _____ para pagamento das despesas do _____

(c) Serviço central de que depende o promotor.
(d) Círculo promotor.
(e) Documentos e papéis preparatórios a efectuar no conselho, indicar na 3.º Linha o nome da(s) entidade(s).
A preencher as hipóteses de verba constar em causa contradiçada em revisão, indica-se-se os títulos, respectivamente, das verbas requisitadas em

Mês de _____ de 195____

Mês de _____ de 195____ C. P. - Módulo BP 1-3

Portaria n.º 13:243

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, nos termos do Decreto n.º 37:769, de 28 de Fevereiro do corrente ano:

de 20 de Fevereiro do corrente ano:

1º Aprovar os impressos a seguir discriminados, destinados ao processamento de despesas públicas, conforme os modelos anexos:

Modelo F 6 — Folha de rendas de casa.

Modelo F 7 — Folha para despesas diversas.

Modelo F 7-A — Folha intercalar para o modelo F 7.

2.º Aplicar a estes impressos as normas estabelecidas nos n.ºs 2.º e 3.º da Portaria n.º 13:173, de 26 de Maio do corrente ano.

Ministério das Finanças, 1 de Agosto de 1950.— O Ministro das Finanças, *João Pinto da Costa Leite*.